



Demandas Feministas E Comunicação Pública: Espaços de Visibilidade e o Conselho Da Mulher De Santa Cruz Do Sul¹

Celina AHLERT²

Bruno KEGLER³

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS

RESUMO

Esse trabalho explora estratégias de comunicação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM – na conquista de espaços de proteção e empoderamento das mulheres na cidade de Santa Cruz do Sul, RS. É parte integrante da pesquisa iniciada em 2014/2, com término no final de 2015, apresentada então como Trabalho de Conclusão de Curso. São exploradas tanto as questões relativas ao gênero quanto as particularidades dessa luta política e sua ocupação dos espaços públicos. Sob a perspectiva de participação política na esfera pública, o CMDM apresenta-se como espaço institucionalizado de discussão e importante ferramenta de representantes da sociedade civil na política governamental. Além do levantamento bibliográfico, foram realizadas entrevistas abertas com seis conselheiras e a observação do ato público, realizado em função do Dia Internacional da Mulher, em 14 de março deste ano.

PALAVRAS-CHAVE: feminismo; conselhos municipais; espaço público.

Introdução

Formado, na atual conjuntura, no ano de 2001, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é constituído por 20 conselheiras e suas suplentes, das quais dez representam organizações da sociedade civil, seis são representantes do poder municipal e quatro dos governos estadual e federal. Sua luta varia em níveis de participação e trajetória, mas todas estão ali pela mesma causa: o combate à violência contra a mulher. Articulando uma rede que envolve o Escritório da Mulher, a Patrulha Maria da Penha, a Delegacia da Mulher, a Casa de Passagem e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, para citar apenas alguns, essas mulheres têm conquistado espaços de discussão, mobilização e apoio às vítimas de violência, tornando-se referência regional.

¹ Trabalho apresentado ao IJ 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania, do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 04 a 06 de junho em Joinville, SC.

² Acadêmica do 8 semestre de Comunicação Social/Relações Públicas da UNISC-RS, email: celinahlert@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social da UNISC-RS, email: brunok@unisc.br.



Esses espaços – simbólicos, físicos, políticos – merecem ser estudados com especial atenção também pela Comunicação Social, pois sua existência depende de estratégias de conquista de visibilidade e legitimidade política e social. Quer problematizar a ocupação desses espaços, mostrando a importância da visibilidade, conquistada através de estratégias de comunicação, com a análise específica do Ato Público, realizado em 14 de março de 2015, na Praça Getúlio Vargas, no centro de Santa Cruz do Sul.

1. Feminismo, Demandas e a Comunicação

Enquanto, dentro do universo dos estudos feministas, várias vertentes de pensamento – como a estruturalista e a pós-estruturalista – vão surgindo e desconstruindo as anteriores, no Conselho a divisão ainda segue a visão da antropologia estruturalista. Isso quer dizer: as mulheres são, ainda, aquelas nascidas com sexo anatomicamente feminino. Apesar de haver uma luta para que os direitos se estendam às transexuais, às travestis e às transgênero, o atendimento, em Santa Cruz do Sul, costuma ser restrito às mulheres. Mais do que isso, é ainda comum a hoje tão questionada ideologia de que o caracteriza a mulher é sua colocação como vítima de sistemas de submissão⁴.

Autoras como a filósofa Judith Butler (2003) irão questionar essa generalização, essa genealogia que “investiga as apostas políticas, designando como *origem e causa* categorias que, na verdade, são *efeitos* de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos” (BUTLER, 2003, p. 09).

Em sua essência, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de que a representação política é almejada (BUTLER, 2003, p. 18).

E, ainda,

é tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui [...]. Talvez, paradoxalmente, a ideia

⁴ Essa questão é trazida por autores clássicos, como Foucault (1988), e aparecem resumidas no artigo de Carla da Silva (2012) disponível em http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade_imposta.pdf.



de “representação” só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito “mulheres” não for presumido em parte alguma (BUTLER, 2003, p. 23-24).

Parte-se aqui, portanto, desse princípio de que não é necessário restringir a identidade de gênero nem ao sexo nem às questões puramente culturais, mas de um feminismo sem classificação necessária. Apesar disso, compreende-se que, nas demandas femininas e feministas expressas pelo CMDM ainda não podemos incluir todo o universo feminino e que as mulheres são, ainda, construídas como uma categoria única, que tem algo em comum – ainda que esse algo não seja tão claramente definido.

As demandas dessas mulheres – de sexo e gênero femininos – são muitas, por si só. O Conselho, ao trabalhar com a Defesa da Mulher, já coloca o seu posicionamento – em que “mulher” é um “indivíduo” que precisa ser defendido. De certa forma, essa é uma realidade inegável: os números relativos à violência doméstica, o feminicídio, as agressões sexuais, simbólicas, físicas, morais, psicológicas e patrimoniais⁵ atingem essa classe mais do que qualquer outra. Acusado muitas vezes de “particularista”, o movimento feminista tem, novamente, que se provar mostrando que o combate à violência contra a mulher é o combate à violência em si.

Para combater a concepção de que a luta contra a violência doméstica é um problema a ser resolvido dentro do lar, pela própria família, é preciso conscientizar, primeiramente, às vítimas. É preciso alcançar mulheres que, por sua própria condição, vivem, muitas vezes, em isolamento, desprovidas do conhecimento necessário para quebrar o ciclo de violência. Alcançar essas mulheres é um processo de comunicação delicado. Alcançar o conhecimento público, por sua vez, exige manifestações e visibilidade pública.

Para Wilson Gomes (2008, p. 17) “Essas arenas discursivas, cujo sistema materializa a esfera pública política, são a condição social básica para a formação de uma opinião pública política”. Servindo o Conselho, uma vez conquistada a visibilidade, como possibilidade de arena mista, como um dentre “todos os instrumentos e todas as oportunidades para a formação e intensificação de arenas discursivas, no coração da esfera civil” (GOMES, 2008, p. 17) e que seja capaz de influenciar as decisões e as agendas do Estado.

⁵ Essas formas de violência, à exceção da simbólica, estão definidas na Lei Federal n. 11/340 de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) no Capítulo II – Das Formas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Artigo 7.



A comunicação está presente em todas as etapas desse percurso, desde a ampliação do conhecimento sobre a lei e as alternativas à violência, à ação de denúncia feita pelas vítimas, até a pressão feita aos órgãos institucionais para a ampliação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres e mecanismos de combate aos agressores.

2. O Conselho – seu contexto e estratégias

Os Conselhos Municipais, criados para auxiliar o Governo a atender às demandas em diversas áreas, são órgãos consultivos, deliberativos e fiscalizadores, surgidos a partir do processo de redemocratização do Brasil, na década de 1980. Alguns, como é o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), são chamados **temáticos**, não possuem caráter obrigatório ou verba fixa. Sua não obrigatoriedade faz significar que sua formulação depende de uma demanda formada na sociedade civil. A ausência de verbas significa que suas demandas financeiras são disputadas com as de outros Conselhos e advém não necessariamente do poder municipal, mas de outras instâncias de defesa desses direitos, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

A iniciativa de criação dos Conselhos, por sua vez, é uma demanda democrática. Segundo Sheila Cunha (2003, p. 02-03),

O controle social da Gestão Pública nas diversas áreas [...] tem intuito de se firmar como um espaço de cogestão entre Estado e sociedade, trazendo formas inovadoras de gestão pública para o exercício da cidadania ativa, possibilitando à sociedade a definição de um plano de gestão das políticas setoriais, com uma maior transparência das alocações de recursos e favorecimento da responsabilização dos políticos, dos gestores e técnicos. Os Conselhos possuem três vertentes:

- Conselhos Gestores de Programas Governamentais [...]
- Conselhos de Políticas Setoriais [...]
- Conselhos Temáticos, que visam acompanhar as ações governamentais junto a temas transversais que permeiam os direitos e comportamentos dos indivíduos e da sociedade, como Direitos Humanos, violência, discriminação contra a mulher, contra o negro, dentre outros.

Com a criação de espaços de participação civil na criação, implantação e fiscalização de políticas governamentais, o Estado garante sua legitimidade enquanto propriamente democrático. Essa legitimidade não é sempre garantida simplesmente pelo processo eleitoral, como colocará Gomes (2004, p. 89):

[...] a democracia representativa viu-se desde sempre presa nas malhas da controvérsia sobre a efetividade do poder da esfera civil. No interior dos discursos de autolegitimação de que é pródiga, a democracia tem um dos centros dogmáticos na ideia de soberania popular, a ideia segundo a qual o



conjunto dos cidadãos se autodetermina politicamente e o povo está no comando do Estado. Nessa perspectiva, a esfera civil é constituída pelos mandantes e a esfera política, pelos mandatários. [...] a divisão social do trabalho político, para utilizar a expressão de Bourdieu, a esfera dos mandantes, mais nobre em termos ideológicos, tornou-se mais passiva, enquanto a esfera dos mandatários, que do ponto de vista da ideologia democrática é secundária, tornou-se a mais ativa e mais efetiva.

Recuperar os espaços de diálogo com as esferas governamentais e o exercício de poder pela sociedade civil é, assim, uma forma de efetivar o “poder do povo”. Os Conselhos são espaços onde essa conquista pode ser efetivada. O CMDM, em particular, tem a função de deliberar e, em certa instância, intervir nas políticas públicas que tratam especificamente das questões relativas às mulheres no município de Santa Cruz do Sul.

No Estado Moderno, coube à esfera pública – ou “esfera das pessoas privadas reunidas em um público” (HABERMAS, 1984, p. 42) fazer a contraposição ao Estado, transformando as relações de poder e impedindo a imposição de um governo totalitário. Nesse sentido, em termos ideais,

[...] a esfera pública quer modificar a dominação como tal. A reivindicação de poder que se coloca na argumentação da esfera pública, exigência de poder, deveria, caso pudesse impor-se, levar a algo a mais do que uma mera mudança na base da legitimação de dominação que, em princípio, é mantida. (HABERMAS, 1984, p. 43).

Ainda para o Habermas, na democracia, a esfera pública pode estar “atuando politicamente como órgão do Estado para assegurar institucionalmente o vínculo entre lei e opinião pública” (1984, p. 101), constituindo-se no poder legislativo ou em órgãos intermediários de debate. Mas “Uma esfera pública, da qual certos grupos fossem *eo ipso* excluídos, não é apenas, digamos, incompleta: muito mais, ela nem sequer é uma esfera pública” (HABERMAS, 1984, p. 105). Facilitar o acesso do público feminino à esfera de discussão política é enfrentar as dificuldades do próprio sistema representativo. É, ainda e sobretudo, enfrentar o preconceito social – que determinou, por muito tempo, que o lugar da mulher não é na política – e a concepção errônea e altamente difundida de que a violência doméstica pertence ao privado e não à discussão pública. Um exemplo disso pode ser visto na pesquisa do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicadas – IPEA, cuja questão onze, que afirma “O que acontece com um casal em casa não interessa aos outros” e teve 47,2% de concordância plena entre os entrevistados. Mais alarmante, talvez, sejam as questões doze, treze e quatorze, que afirmam, respectivamente: “Em briga de marido e mulher, não se mete a mulher”



(58,4% de concordância total), “A roupa suja deve ser lavada em casa” (66,6% de concordância total) e “Casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família” (com 33,3% de concordância plena e 29,7% de concordância parcial). (Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf)

3. Ocupação e Conquista de Espaços

Quando se fala, aqui, de espaços, vale mencionar que esses têm caráter físico, político e, sobretudo, simbólico. Fala-se da ocupação de espaços e de alterações nas estruturas de poder na sociedade, com ênfase na santa-cruzense. Os espaços simbólicos podem ser considerados todos aqueles em que, de alguma forma, é construído e difundido um saber. Eles incluem tanto os espaços midiáticos – tradicionais e virtuais –, quanto as ocupações temporárias – em manifestações e atos – ou permanentes – com a ocupação de prédios.

No universo dos espaços físicos, pode-se citar a ocupação das praças e ruas em manifestações, nos sindicatos e nos prédios municipais – onde podemos encontrar, hoje, a Sala dos Conselhos. Além disso, no decorrer de 26 anos, a mobilização de cidadãs – especialmente as membras de Sindicatos – levou a criação do Conselho, do Escritório da Mulher, da Delegacia da Mulher, o CREAS – com acompanhamento especializado – e da Casa de Passagem. Todos esses espaços físicos foram construídos ou reconfigurados para atender às demandas das mulheres na cidade. Além de espaços físicos, são também espaços de expressão simbólica onde é possível para as vítimas encontrar apoio e, lentamente, reconstruir sua dignidade.

Os espaços políticos, por sua vez, são de caráter governamental ou não governamental. Ocupam mandatos eletivos hoje três mulheres – a vice-prefeita e duas vereadoras (de um total de 17 vagas). Essas, por sua vez, formam a bancada feminista, cuja iniciativa surgiu de vereadores do sexo masculino na gestão anterior, posto que então não havia nenhuma mulher ocupando o cargo.

Apesar de ser um processo lento, aos poucos essas posições políticas começam a ter uma representação feminina mais significativa⁶. O mesmo acontece com as posições

⁶ Segundo o site do TSE, em 2014 “o número de mulheres em disputa por algum cargo nas Eleições Gerais deste ano [2014] é 48,5% maior do que no último pleito, em 2010” (Disponível em:



de poder fora da esfera governamental, onde as mulheres ampliam as posições de poder em empresas e organizações. Criar parcerias com essas instituições é uma estratégia ainda pouco explorada regionalmente na criação de possibilidades de empoderamento feminino, característica essencial à sociedade moderna.

3.2 O Ato Público

No ato público, realizado em 14 de março desse ano, se reuniram na Praça Getúlio Vargas, no centro da cidade, cerca de 10 conselheiras. Ao microfone, falaram sobre a importância do combate à violência contra a mulher, as possibilidades de quebra do ciclo de violência, os casos de agressão e feminicídio na cidade e na região e os espaços oferecidos pela rede de proteção. Através das seis entrevistas abertas realizadas, foi discutida a importância de ocupação desses espaços públicos pela sociedade civil, onde as demandas podem ser ouvidas. Na ocasião, além das conselheiras, esteve presente uma vereadora da bancada feminina, cuja trajetória de luta envolve tanto a política institucionalizada quanto a luta civil.

As conselheiras falaram de suas conquistas e das muitas coisas que ainda estão por conquistar. Sobre o Ato Público, afirma a segunda entrevistada⁷, “Nada é mais importante do que mostrar pro povo e pro poder que nós estamos aí, que não vamos desistir da nossa luta até que possamos nos sentir protegidas”. Sobre a questão da proteção, a entrevistada número cinco afirma: “É preciso que a mulher se sinta segura em algum lugar, esse lugar deveria ser dentro de casa, mas muitas vezes não é. Muitas vezes é com as companheiras na rua”.

Todas as entrevistadas colocaram a importância de buscar a visibilidade nas ruas e nos jornais. Foi unânime, ainda, a colocação sobre a dificuldade encontrada em dar continuidade a luta. Quatro das seis entrevistadas, mesmo sem serem perguntadas, afirmaram que as mídias tradicionais chegam, muitas vezes, a prejudicar o movimento, com expressões machistas e preconceituosas. Todas as entrevistadas são representantes de entidades da esfera civil e estiveram presentes no Ato Público.

O “ônibus lilás” – transporte público temático sobre a questão da violência contra a mulher –, criado em parceria com a empresa Stadtbuss, marcou o local de encontro na praça e ajudou a chamar atenção para a causa e criando um espaço onde

<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2014/Julho/eleicoes-2014-aumenta-participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira>

⁷ Em entrevista cedida à acadêmica Celina Ahlert, no dia 12 abr. 2015.



O debate é [...] não apenas o elemento que confere um sentido próprio à comunicação pública, mas ao mesmo tempo o elemento responsável também por imprimir a esta comunicação uma orientação de carácter essencialmente racional (no plano cognitivo, assume um valor de esclarecimento e, a nível moral, uma força de emancipação) (ESTEVES, 2011, p. 197).

Hoje a luta persiste por um Centro de Referência da Mulher – onde serão centralizados os serviços já oferecidos – e pela regionalização da Casa de Passagem que hoje, por lei, só pode atender às vítimas do município. Essas ampliações dos espaços criados especialmente para a demanda das mulheres é de extrema importância e certa urgência – os municípios vizinhos, apesar de pequenos, têm tido números superiores de feminicídios. Dessa forma, é possível que a o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Santa Cruz do Sul torne-se, efetivamente, uma referência regional – e, quiçá, mais do que isso.

Considerações Finais

Com o apoio do público, iniciativas como a das conselheiras, “na qualidade de agentes de acção, [...] tornam-se importantes impulsionadores [sic] dessa mesma modernidade: os efeitos de sua acção calculada, sistemática e persistente chegam longe e tocam fundo a nível das estruturas sociais” (ESTEVES, 2011, p. 151). Unidas por um elemento simbólico agregador, essas mulheres tornam-se instrumentos de mudança das estruturas de poder.

Buscando a visibilidade para a sua causa, as conselheiras ocupam e criam novos espaços físicos e simbólicos na sociedade, construindo estratégias de empoderamento para as vítimas de todos os tipos de violência. Essa luta está longe de chegar ao fim, mas muitas conquistas foram realizadas. Sem o apoio da opinião pública, sem uma comunicação ampliada com a população, nada se realiza, afinal “é pela comunicação (e pelo pensamento) que a comunhão mais elementar de ideias, que serve a formação de um público em concreto, acontece” (ESTEVES, 2011, p. 154).

Apesar das inúmeras dificuldades encontradas na transformação da realidade social em níveis tão profundos, a resistência dessas mulheres têm criado possibilidades de mudança. Ampliando e fortalecendo as redes de comunicação e as estratégias de visibilidade é possível conquistar ainda mais, criando, quiçá, uma sociedade mais igualitária e justa.



REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, Sheila Santos. **O controle social e seus instrumentos**. Salvador, BA, 2003. Disponível em: <http://socialiris.org/imagem/boletim/arq493428c8bc3db.pdf>. Acesso em 24 mar. 2015.

ESTEVES, João Pissara. **Sociologia da comunicação**. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 1 – A vontade de saber. 19 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOMES, Wilson. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**/Wilson Gomes, Rousiley C. M. Maia. São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção Comunicação)

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEÇÃO SOCIAL. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em 30 mar. 2015.

SILVA, Carla da. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. **Revista Direito em Foco**. 5 ed. mar/2012. Disponível em: http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade_imposta.pdf. Acesso em: 29 abr. 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTIÇA. **Divulgand 2014: aumenta participação das mulheres na política brasileira**. 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2014/Ju/lho/eleicoes-2014-aumenta-participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira>. Acesso em: 29 abr. 2014.